

# DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES CONCEITUAIS PARA A AMAZÔNIA

---

*Adilson Viana Lima*<sup>1</sup>

## *Resumo*

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise, mais propriamente um resgate bibliográfico, sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, partindo das premissas do ecodesenvolvimento, elaboradas por Ignacy Sachs para as questões ambientais. O artigo tem o formato de ensaio, e nem por isso se exime da responsabilidade de ser acadêmico, pois, sua proposta é analisar as questões conceituais em relação ao meio ambiente, adotando como referências, autores e textos que se encontram ainda na ordem dos debates sobre o assunto. Ainda que seu objetivo seja uma análise teórica, a questão epistemológica do conceito enquanto uma forma de verificação de aplicação conceitual também é levada em consideração por este autor, na medida em que é adotado o espaço amazônico e a agricultura familiar como exemplos de realização conceitual. Ressalta-se também, que o ensaio não tem nenhuma pretensão de ser fonte exclusiva de construção científica, nem menos de esgotar o assunto. A principal proposta deste trabalho é fazer um levantamento bibliográfico sobre os principais princípios norteadores da sustentabilidade, e verificar como a Amazônia, com suas várias relações humanas e atividades produtivas, pode apresentar alternativas para a prática do desenvolvimento sustentável.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável. Ecodesenvolvimento. Agricultura Familiar. Meio Ambiente. Amazônia.

## *Resumé*

Cet article a pour objectif de proposer une analyse, ou plus précisément une exegese bibliographique, sur le concept de développement durable, partant

---

1 Sociólogo e Mestre em Sociologia pela UFPA; Professor da rede pública estadual SEDUC/PA, lotado na E.E.E.F.M. Brigadeiro Fontenelle Belém/PA.

des premisses de l'éco-développement élaborées par Ignacy Sachs jusqu'aux questions environnementales. L'article adopte la forme de l'essai, sans se dédouaner de sa responsabilité scientifique. Il s'agit donc d'analyser les questions conceptuelles liées à l'environnement, en adoptant comme références auteurs et textes impliqués dans les débats sur le sujet. Quoique l'objectif soit une analyse théorique, la question épistémologique du concept en tant que forme de vérification de l'application conceptuelle est prise en considération par l'auteur, dans la mesure où il utilise l'espace amazonien et l'agriculture familiale comme exemples de réalisation conceptuelle. Il est importante de souligner que cet essai a nullement la prétention d'être une source exclusive de construction scientifique, ni d'être exhaustif quant à la thématique abordée. La principale proposition de ce travail consiste à faire un recensement bibliographique sur les principaux principes liés à la durabilité et vérifier de quelle façon l'Amazonie avec ses diverses relations humaines et activités productives, peut représenter des alternatives pour la pratique du développement durable. **Mots-clés:** Développement durable. Eco-développement. Agriculture familiale. Environnement. Amazonie.

## INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo fazer uma revisão do conceito de desenvolvimento sustentável, utilizando para tanto referências gerais sobre o assunto, especificamente, a análise que Ignacy Sachs faz sobre este conceito que norteará as reflexões sobre o assunto proposto pelo título desta pesquisa. Assim, o objetivo principal desta pesquisa é fazer uma análise bibliográfica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável não é uma construção recente, mas nem por isso é ultrapassado pois por ser uma necessidade social, entre outras, e de constante socialização, faz com que seu conteúdo seja sempre presente, daí o interesse da pesquisa pelo resgate conceitual. É preciso salientar que este trabalho não tem a intenção de esgotar o assunto, por isso, seu formato de ensaio, entretanto, e sem embargo, esta pesquisa não pode fugir da necessidade de tratar o assunto com a responsabilidade que se recomenda quando se analisa algum conceito, e a recomendação para todo conceito é quanto à epistemologia de seu conteúdo. Desse modo, o desenvolvimento desta pesquisa tem como acompanhamento epistemológico aspectos sobre a agricultura familiar

na Amazônia analisados por este autor para sua dissertação. Sem tê-la como foco central, o que se pretende é criar condições de aplicação conceitual a determinada realidade para que o conteúdo do desenvolvimento sustentável não seja analisado no vazio.

Existem pontos de partida que norteiam ações sociais, políticas, econômicas e ecológicas, para torná-las agradáveis tanto aos seres humanos quanto ao meio ambiente. Foram elaborados parâmetros globais que visassem equacionar prejuízos passados, assim como a tentativa de limitar os problemas futuros em relação à natureza. É preciso ressaltar que o desenvolvimento sustentável não é uma fórmula mágica ou uma varinha de condão que ao ser usada atende a vontade de seu condutor como se observa nas estórias infantis. Mas é certo que seus bons resultados dependem exclusivamente da consciente e racional ação humana em relação ao uso dos recursos naturais.

O desenvolvimento sustentável envolve um conjunto de padrões de princípios elaborados em escala global. Em geral, esses padrões reconhecem as especificidades do espaço e do tempo variados, assim como as características culturais de cada particularidade em todas as suas relações constituídas. Desse modo, a diversidade é condição inerente à própria proposta de universalidade conceitual do desenvolvimento sustentável.

Cada realidade quando analisada exige que seja avaliada como uma particularidade, e se é uma realidade humana, sua particularidade está relacionada à forma como ela intervém na natureza para prover sua sustentação, e com isso, ela cria seus próprios parâmetros de sustentabilidade. Resta saber se esses parâmetros são positivos ou negativos para a relação homem/homem e/ou natureza. É dentro desta perspectiva que a pesquisa analisa o conceito de desenvolvimento sustentável.

## O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SUA ORIGEM

Vários foram os encontros internacionais para viabilizar condições teóricas, técnicas e materiais para instrumentalizar desenvolvimento humano capaz de responder positivamente às perturbações causadas ao meio ambiente. Pode-se afirmar que o ser humano só vive em função da existência dos recursos ambientais e naturais.

O trabalho é uma prerrogativa humana, mas ele assim o é, somente na medida em que transforma a natureza em valores tanto de uso quanto de troca. A produção moderna é um termo referente ao capitalismo, portanto, recente na

história da humanidade se considerado seu tempo histórico. A transformação da natureza em bens de uso e de troca acompanha o desenvolvimento histórico do homem, não se limitando ao modo de produção atual. Nesse sentido, historicamente o homem não produz nada, só transforma a natureza para atender suas necessidades, de tal modo que sua dependência em relação ao meio ambiente é não somente histórica como também vital.

Não somente a história humana se confunde com o tempo de transformação da natureza para sua provisão material, como também esse tempo comprova o desenvolvimento quantitativo dos seres humanos estimado atualmente em 6,5 bilhões de habitantes no planeta Terra. Enquanto o ambiente sofria pequenas intervenções, a capacidade de regeneração ambiental compensava os distúrbios naturais, e, dessa forma, o equilíbrio da relação homem/natureza era mantido. Na medida em que começa a ser desproporcional a intervenção humana junto à natureza e em relação à sua capacidade de regeneração, tem-se um desequilíbrio ambiental.

Enquanto o homem utilizava a natureza como fonte alimentar poderia ele ser incluído como elemento funcional positivo da biodiversidade mas à medida que usa os recursos naturais como base da produção capitalista, tem-se a separação humana da sua condição de participação perfeita junto ao meio ambiente, assim como o uso exagerado dos recursos naturais inviabiliza a regeneração ambiental. Como a funcionalidade geral de um sistema depende do bom funcionamento de suas partes, a retirada intensiva de algumas unidades ambientais seja de fauna ou de flora, afeta o equilíbrio de interdependência entre todos os elementos do sistema natural.

A história humana começa a dar mostras do homem como algoz de si mesmo, pois, quanto mais ele se apropria dos bens naturais indiscriminadamente sem instrumentalizar reposição ambiental, mais ele engendra condições reais para sofrer as consequências dos distúrbios ambientais. Marcel Jolivet (1997, p. 98) afirma que “(...) o problema ambiental é problema ambiental precisamente pelo fato de que o homem tem – ou terá – que sofrer suas consequências”.

O maior problema humano foi ter transformado elementos da natureza em mercadoria. A produção da mercadoria desfaz a relação simples que o homem matinha com a natureza e imprime a era dos Recursos Naturais. Os recursos naturais nascem pelo ímpeto de uma sociedade que não enxerga a natureza a partir de seu micro, meso e macro sistemas, os quais formam uma engrenagem única de funcionamento. Esta forma de produção de mercadoria se apropria da natureza como um meio imediato de capitalização. Assim, os recursos naturais não são sinônimos de natureza:

(...) Recurso natural é um conceito definido contemporaneamente, e que se refere aos elementos da natureza, água, fauna, flora e minérios, que podem ser utilizados para alguma finalidade econômica. A ideia de recursos naturais pressupõe a socialização da natureza, sendo sempre antropocêntrica: só é recurso natural aquilo que o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico determina, o que imediatamente o desnatura. A tecnologia “recursos naturais” está relacionada em sua origem, à ideia de perpetuidade dos elementos que compõem esses recursos, principalmente os elementos bióticos (VIANNA *apud* BRASIL. Ministério da Educação, 2001, p. 156).

Como a lógica do capital em relação à natureza é assegurar por tempo indefinido a sua reprodução e em escala cada vez maior, o seu sucesso depende do nível de exploração dos RN. Dessa forma, há uma forte tendência para que o ritmo da exploração dos RN seja tal até que todos os elementos ambientais sejam transformados em RN. A Amazônia tem sido um dos palcos históricos dessa tendência, a exemplo da Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) que exauriu economicamente a jazida de manganês, localizada no Estado do Amapá, deixando para a sociedade do seu entorno os prejuízos ambientais decorrentes dessa intervenção. Casos ambientais como este na Amazônia e em outras partes do Brasil e do mundo têm mobilizado movimentos sociais e ambientalistas no sentido de redirecionar a ordem que norteia as ações de desenvolvimento e principalmente desenvolvimento econômico. Desse modo:

(...) As críticas ambientalistas desenvolvidas na década de 70 denunciaram como causa dominante da destruição ambiental o contínuo crescimento econômico. Hoje a discussão é centrada nas perspectivas e possibilidades de um crescimento econômico desencaixado do aumento contínuo das quantidades de energias e materiais empregados no processo produtivo. Em outras palavras, trata-se da tentativa de desencaixar o crescimento físico do crescimento socioeconômico da sociedade moderna (FENZL, 1997, p. 22).

Desencaixar a reprodução social do crescimento físico significa dizer que o nível do consumo tem que estar num patamar que possibilite a utilização de menos materiais e energia em seu processo produtivo. Ademais, os níveis de consumo da sociedade mundial não podem se enquadrar nos níveis de consumo dos países desenvolvidos, pois o consumo de recursos naturais neste modelo de desenvolvimento implica em gasto superior à carga de reposição do meio ambiente.

Em escala global, as décadas passadas testemunharam severas críticas quanto ao modelo de desenvolvimento implantado pelo atual modo de produção. Este modelo unifica na prática duas categorias econômicas que anali-

ticamente diferem-se entre si, quais sejam: o desenvolvimento e o crescimento. Sinteticamente, este se refere à quantidade de riqueza produzida num país; aquele ao grau de qualidade de vida que uma população alcança. Nem sempre os dois significados coincidem. Pode haver riqueza (crescimento) sem desenvolvimento (qualidade de vida). Este, por seu lado, exige uma participação social ampliada na riqueza produzida por determinado país. Participar desta riqueza significa que a população de uma nação qualifique sua vida por meio de serviços diversos, tais como: habitação, saúde, saneamento, educação e principalmente condições de acesso à alimentação de qualidade. De outra forma, desenvolver uma sociedade é assegurar cidadania aos seus indivíduos.

Como a concentração de renda faz parte da lógica do capital, a acessibilidade à cidadania é dificultada quando se considera um país em crescimento sem desenvolvimento e na medida em que o crescimento tem uma relação direta com a concentração de renda. O uso dos recursos naturais nem sempre concorre para o desenvolvimento humano.

O fato que tem permeado as consciências acadêmicas, ambientalistas, comunitárias e populares, a sociedade civil organizada como um todo, é que as pessoas que sofrem ou que sofrerão as consequências do atual estado de (des) desenvolvimento socioambiental e concentrador de renda estão exigindo socialização dos resultados dos recursos naturais considerados como atividade produtiva de mercadoria. Grosso modo, o que se deseja é um direito social em relação ao uso desses, a fim de que se alcance qualidade de vida em massa.

A ideia de mudança para o atual modelo de desenvolvimento não se inicia com as conclusões do Relatório Brundtland (1987), colhidas das discussões da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, criada pela Assembleia das Nações Unidas (ONU) em 1983. A preocupação com o meio ambiente, no caso brasileiro, não é um fato recente; as críticas ao atual modelo de desenvolvimento é que são.

Na década de 1930, Sérgio Buarque de Holanda (1995) criticava as práticas agrícolas realizadas sem nem um compromisso ambiental ao relatar que as queimadas são prejudiciais ao desempenho produtivo do solo. Não se pode fazer uma comparação entre Holanda que escreve *Raízes do Brasil*, em 1936, e o que se discute atualmente sobre sustentabilidade (SACHS, 1986), mas ao menos, entende-se que a requisição de uma tecnologia menos danosa à natureza não é uma reclamação recente.

Tal como nas nações produtivas de ontem, o símbolo (riqueza acumulada) do crescimento econômico a qualquer custo continua fazendo parte de todas as agendas produtivas de hoje. O desenvolvimento considerado como promo-

tor de cidadania tem sido vencido pela primazia histórica do crescimento. A manutenção da biodiversidade está diretamente relacionada à condição de monetarização dos investimentos exigida pela atual ideologia econômica. O comprometimento com a questão ambiental tem permeado a ordem das discussões atuais.

#### O QUE DIZ O CONCEITO DE ECODSENVOLVIMENTO E/OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento sustentável se consolida conceitualmente a partir dos seguintes encontros realizados para se discutir as questões de desenvolvimento e meio ambiente: Relatório Founex de 1971; Declaração de Estocolmo de 1972; Declaração de Cocoyco de 1974; segue pela sua primeira tentativa de aplicação em 1980 (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos – UICN), depois pela Agenda 21 com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, organizada para avaliar o que houve de avanço ou retrocesso nas discussões e decisões realizadas para o Relatório Gro-Brundtland de 1983 e publicado em 1987, entre outras discussões de cunho nacional e regional não menos importantes.

Todo esse movimento intelectual pautou-se na elaboração de novas estratégias para um desenvolvimento que atendesse a uma demanda de necessidades, qual seja a de se alcançar resultados positivamente sociais, ecológicos e econômicos e culturais tangentes à relação homem/natureza.

É preciso salientar que não existe uma diferença precisa entre ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. O Relatório Brundtland de 1983, em síntese, é o aperfeiçoamento das discussões globais travadas ao longo das últimas décadas do século XX sobre as questões ambientais. Assim, todos os encontros mundiais

(...) transmitiram uma mensagem de esperança sobre a necessidade e a possibilidade de se projetar e implementar estratégias adequadas, para promover um desenvolvimento sócioeconômico equitativo, ou ecodesenvolvimento, uma expressão que foi mais tarde rebatizada pelos pesquisadores anglo-saxões como desenvolvimento sustentável (SACHS, 1994, p. 29-30).

Como podemos perceber o próprio coautor do ecodesenvolvimento rechaça qualquer diferença entre os termos. Todavia, não é isso que nos interessa, mas o que de premissa e estratégias de ação elaboradas no conceito de ecodes-

envolvimento podem nos auxiliar na compreensão de uma realidade específica da Amazônia que atualmente passa por transformações.

De volta à questão conceitual, no Relatório Brundtland há a afirmação de que:

(...) Todo desenvolvimento deve atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras atenderem também às suas (NOSSO FUTURO COMUM – CMMD, 1991, p. 9). (...) [e que] Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (CMMD, 1991, p. 49).

Vejamos o que contém a noção de ecodesenvolvimento:

(...) o ecodesenvolvimento é um estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos da mesma forma que culturais, as necessidades imediatas como também aquelas a longo prazo. Opera, portanto, com critérios de progressos relativizados a cada caso, (...). Sem negar a importância dos intercâmbios (...) o ecodesenvolvimento tenta reagir à moda predominante das soluções pretensamente universalistas e das formas generalizadas. Em vez de atribuir um espaço excessivo à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de imitação, põe em destaque a autoconfiança. Resistindo a um ecologismo exagerado, sugere, ao contrário, a constante possibilidade de um esforço criador para o aproveitamento da margem de liberdade oferecida pelo meio, por maiores que sejam as restrições climáticas e naturais. A diversidade das culturas e das realizações humanas obtidas em meios naturais comparáveis são testemunhos eloquentes desta possibilidade. Mas o sucesso pressupõe o conhecimento do meio e a vontade de atingir um equilíbrio durável entre o homem e a natureza. O fracasso e os desastres oferecem testemunho não menos eloquente do alto preço da incapacidade de gerir as relações entre o homem e a natureza (SACHS, 1986, p. 18).

De maneira geral, o ecodesenvolvimento tem como pressuposto a mudança da mentalidade planejadora puramente econômica. O racionalismo estreito do desenvolvimento economicista tem que ceder lugar a um planejamento holista, em que todas as esferas que compõem a ação humana em relação ao meio ambiente devem ser consideradas. O resultado econômico, nesse sentido, deixaria de ser a âncora das ações, para compartilhar resultados sociais, ecológicos e culturais em igualdade de condições.

De outra maneira, o ecodesenvolvimento tem como visar nenhuma equidistância, nenhum paralelismo entre a qualidade de vida humana e a do meio ambiente, mas qualidades de vida coincidentes. Qualquer prioridade a uma das partes afeta negativamente a outra. É a prioridade historicamente que se tem dado à eficiência econômica que impulsionou os movimentos sociais e ambientais, capazes de agendar outras eficiências necessárias à manutenção equilibrada do uso dos recursos naturais. A função básica do ecodesenvolvimento é operacionalizar todas as eficiências contidas nas relações homem/homem e homem/natureza por meio de um planejamento multidirecionado.

Apesar do conteúdo teórico do Relatório Brundtland sofrer severas críticas quanto à sua operacionalização (SACHS, 1994), suas afirmações inauguraram a central de difusão do novo modo de ver a relação homem/meio ambiente. Ao social é dada a possibilidade real de inclusão positiva junto às políticas de desenvolvimento, na medida em que ele é foco das atenções; ao meio ambiente, o respeito à sua capacidade interna e sistêmica de resiliência<sup>2</sup>.

É consenso para a intelectualidade ambientalista em termos ideais, que o final de todo e qualquer processo produtivo deve vir acompanhado de uma tríplice aliança de resultados: eficiência econômica; justiça social e qualidade ecológica. Grosso modo, é esse consenso de resultado ideal para as ações humanas que tem sido veiculado ao longo das últimas décadas e sendo imposto ideologicamente a todos. Entretanto, a imposição desses resultados constitui apenas uma representação de demandas socioambientais em escala global. De maneira que para além dessa representação existem tantas necessidades internas às relações socioambientais quantas forem as estabelecidas especificamente entre o homem e a natureza, ou seja, se o homem nesta relação entende o ambiente como recurso natural, a eficiência econômica é fundamental, se o ambiente é parte integrante da relação social a eficiência econômica é complementar.

O peixe, a madeira ou o oxigênio dispersos na natureza podem ser, respectivamente, tanto um alimento, um instrumento para construir algo simples (casa, utensílios domésticos etc.), um elemento orgânico vital usado a partir do contato direto; como podem em conjunto, ser fonte de riqueza e de capitalização. São as finalidades imprimidas pelo ser humano ao seu relacionamento com o meio ambiente que definem o destino do uso dos elementos naturais. Por isso:

---

2 De acordo com Carvalho (1994), “resiliência”, quando relacionada às questões de sustentabilidade, significa criar condições reais de regeneração ou de recomposição das partes que compõem o sistema natural, se não em seus ordenamentos de vida iniciais, pelo menos em condições de aproximação com esta ordem.

(...) eles têm um “valor de uso para consumo”, quando diretamente consumidos pelos produtores; um “valor de uso produtivo” – ou valor de troca, na economia padrão –, quando comercialmente extraídos e transformados; e, finalmente, um “valor de uso para não consumo” – casos do controle climático e de proteção de bacias hidrográficas –, um “valor de opção” – mantendo opções abertas para o futuro –, e um “valor de existência” – pelo simples fato de existirem (MACNEELY *et al*, 1990 *apud* SACHS, 1993, p. 23).

Nessas condições, o que é desenvolvimento sustentável de fato senão o correto valor que se atribui à apropriação dos elementos da biodiversidade natural? Embora possa parecer simples, em qualquer instância do desenvolvimento social, produtivo e cultural, as ações humanas visam uma intervenção ambiental. É preciso que este valor esteja alinhado à necessária parceria a ser estabelecida entre desenvolvimento e meio ambiente. A sustentação dessa parceria está diretamente relacionada à manutenção da capacidade de carga regenerativa que meio ambiente deve ter para que os valores escolhidos sejam positivos aos elementos da parceria.

É salutar mencionar que a relação de valores é distributiva em função das formas particulares de modos de vida<sup>3</sup>. Os valores nesses casos são resultantes das necessidades de uso que se constituem entre grupos humanos e o meio ambiente, no decorrer da manutenção dos vários modos de vida. Portanto, os valores criados entre o desenvolvimento socioeconômico e o meio ambiente têm uma ligação profunda com a exigência de recurso ambiental requerida para a sobrevivência de cada agrupamento humano em determinado espaço. Nesse sentido, a sustentação do desenvolvimento de um ou vários modos de vida estaria relacionada ao desenvolvimento regular e sistêmico dos elementos naturais utilizados por cada agrupamento humano em particular.

A conjunção de resultados sustentáveis não é simples de se concretizar. A acumulação de renda permeia os sonhos humanos em última instância. O sistema natural não é mais do que objeto de conquista. O processo de apropriação dos recursos naturais encontra-se em fase embrionária quando se considera o potencial histórico de transformação do jovem modo de produção atual em comparação com outros modos de produção anteriores. É preciso que as reivindicações por melhores condições ambientais não circunscreva somente os setores organizados da sociedade, é preciso tê-las cotidianamente nas mentalidades civis e governamentais como um todo.

---

3 Segundo Martins (1981), “modos de vida” se referem a todas as relações que se estabelecem entre os seres humanos entre si em formações grupais e as que se realizam entre estas formações e o espaço habitado por elas.

As discussões socioambientais das últimas décadas imprimiram um ritmo de consciência sobre os problemas do desenvolvimento sustentável, mas “(...) apesar de estarmos tomando consciência deste fato [problemas ambientais], não temos ainda a capacidade de reagir e de redirecionar os nossos processos econômicos, no sentido de evitar o choque do futuro”<sup>4</sup> (FENZL, 1997, p. 24).

Ignacy Sachs na década de 70 rediscute rumos sustentáveis para as intervenções produtivas junto ao meio ambiente, que culminam num conjunto de medidas instrumentais com a finalidade de equacionar os impactos negativos ao ambiente e às sociedades envolvidas. São cinco as “(...) estratégias ambientalmente adequadas para promover um desenvolvimento socioeconômico-equitativo” (SACHS, 1994, p. 30), definidas por ele como ecodesenvolvimento:

1 – Todo desenvolvimento tem uma finalidade social; o homem é obviamente o ponto inicial e o ponto de chegada de toda reflexão sobre o desenvolvimento baseado numa ética de solidariedade com as gerações presentes e uma solidariedade diacrônica e sincrônica com as gerações futuras.

O objetivo é construir uma civilização do “ser”, em que exista maior equidade na distribuição do “ter” e da renda, de modo a melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas da população e de reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não abastados;

2 – A segunda condição é o conceito de prudência ecológica e ambiental, extremamente importante para os trópicos úmidos, dada a fragilidade dos seus ecossistemas e ao mesmo tempo a extraordinária potencialidade em termos da produtividade primária da biomassa;

3 – Uma terceira consideração, (...) é a viabilidade econômica. Mas a viabilidade econômica que considera a economia como um meio para lograr os objetivos sociais e ecológicos e não como uma finalidade por si;

4 – Sustentabilidade cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade. Cada vez mais damos conta do quanto o conceito de desenvolvimento está relacionado com o problema das culturas. Fala-se muito da biodiversidade, mas não se pode falar da biodiversidade separando-a da diversidade cultural. O conceito de ecodesenvolvimento deve envolver uma pluralidade de soluções particulares, que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local;

5 – Sustentabilidade espacial, que deve ser dirigida para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas com ênfase no que se segue: [entre

4 Grifos do autor.

seis selecionamos apenas uma] – Promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados (SACHS, 1993, p. 25-27; 1994, p. 34-38; 1997, p. 2-3).

Encontram-se acima a síntese das premissas do ecodesenvolvimento. Este conceito fundamenta-se na indissolubilidade da relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente e na viabilidade de um crescimento econômico mais equitativo, de modo a fazer com que a tríplice aliança supracitada encontre efetivação (SACHS, 1993).

Em última instância, as premissas do ecodesenvolvimento estão preocupadas com a sustentabilidade de todos os elementos do sistema ambiental. Ressalta Sachs (1993) que a sustentabilidade é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudanças mais lentas, em que: a) a vida humana pode continuar indefinidamente; b) os indivíduos podem prosperar; c) os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida.

A questão da sustentabilidade está exatamente nas estratégias a serem montadas pelas várias instâncias que se envolvem num determinado desenvolvimento. Assim, é preciso que planejadores, poderes públicos, populações locais, organizações civis, empresários, entre outros, formem um conjunto de ações, cuja finalidade seja a melhoria de qualidade de vida do homem com manutenção do equilíbrio ambiental.

É preciso harmonizar os objetivos divergentes antes de qualquer intervenção ambiental. São diversas as categorias sociais que existem em função do uso dos recursos naturais. As estratégias devem perfurar as finalidades particulares para que se tenha um acordo de intenções práticas quanto ao uso desses recursos sustentadamente. Os obstáculos são muitos, entre eles, Sachs (1993) destaca:

(...) Os de ordem política e social, relacionados frequentemente à desigualdade na posse da terra, (...) à privatização dos bens comuns, à marginalização dos povos da floresta ou, ainda, à exploração predatória dos recursos naturais, visando lucros máximos em prazos mínimos (p. 27).

Segundo Sachs (1993), são quatro as estratégias que podem superar esses obstáculos e assegurar um ecodesenvolvimento:

1) Um período de tempo é necessário para que planejadores e empreendedores em geral possam comparar resultados. Sabe-se que as mudanças são mudanças culturais mesmo que produtivas. Mexer numa estrutura produtiva culturalmente instituída demanda tempo. Ademais, não se qualifica a vida de grupo social pelos resultados de uma safra, como é o caso dos agroextratores. Tem de ser levado em conta o período de produtividade do solo, a técnica utilizada, a força de trabalho empregada, o trabalho complementar, os recursos naturais disponíveis, acesso aos serviços públicos sociais e creditícios, relações de propriedade, entre outras variáveis. Todas essas categorias variam por excelência e precisam de tempo para que possam ser mensuradas adequadamente. Tudo isso se inscreve na ideia processual de desenvolvimento sustentável.

2) Fazer com que as sociedades que possuem produções economicamente desenvolvidas adequem esse desenvolvimento à prática produtiva de baixo consumo energético e material. A transferência tecnológica não pode ser uma imposição, uma fórmula mágica que dá certo em todos os lugares, mas nem por isso deve ser rejeitada. Os saberes locais devem ser imperativos diante de pacotes de desenvolvimento. O ideal ambiental é haver uma interação entre as tecnologias exógenas e endógenas de um determinado processo de reprodução social. A Amazônia e, em particular, a prática agroextrativista na sua versão de agricultura familiar, tem que ser pensada como uma prática social em que as atividades econômicas tradicionais dos agricultores devam ser levadas em conta na hora de qualquer planejamento socioambiental.

3) Mudanças nas instituições políticas constituem outro elemento de impacto para se atingir a sustentabilidade de um desenvolvimento. Políticas públicas transparentes, holistas e engajadas num resultado imparcial a partir de objetivos descentralizados que visem à equidade entre os elementos social, ecológico e econômico, devem fazer parte da agenda das várias instâncias governamentais. As ações governamentais são importantes para que haja uma coincidência entre crescimento e desenvolvimento, visto serem elas que definem políticas de serviços sociais, como: a educação, a saúde e a segurança alimentar, entre outros.

4) Por fim, temos as mudanças nos níveis de consumo. Constitui uma ação suicida para o meio ambiente tentar consumir pelo patamar dos países desenvolvidos. Em primeiro lugar, porque em geral, os bens consumidos são grandes utilitários de matéria e energia. Em segundo, porque a renda é má distribuída tanto entre os países como no interior dos países desenvolvidos e não desenvolvidos. Entretanto, "(...) o não desenvolvimento não é, de modo algum, uma

solução para o mau desenvolvimento” (SACHS, 1993, p. 50). A solução não consiste “(...) na escolha entre crescimento e qualidade do meio ambiente, mas sim, em tentar harmonizar objetivos socioeconômicos e ambientais, mediante a redefinição de padrões de uso de recursos (...)” (SACHS, 1986, p. 71).

A sociedade deve se mobilizar em defesa de um estilo de vida que não pressione o estoque de recursos naturais escassos. A estratégia para a utilização do solo e da água deve evitar sua exploração total. O uso de recursos energéticos deve ser mantido dentro de limites prudentes. O padrão de urbanização que não consegue diminuir as tensões ambientais deve dar lugar a padrão de desenvolvimento urbano descentralizado e regionalmente equilibrado. O impacto ambiental do crescimento descontrolado da população deve ser amplamente avaliado tanto pelos governos quanto pela sociedade em geral.

É importante ressaltar que o desenvolvimento sustentável não pode prescindir de um planejamento para sua execução. Planejar um desenvolvimento é convocar para uma mesa de discussões os atores sociais que estão em conflito em função do mau uso dos recursos naturais. Para que haja equilíbrio entre as partes conflitantes é preciso que se leve em consideração o meio ambiente como o elemento mais afetado na questão ambiental.

É necessário que os atores adotem uma visão holista em relação ao uso dos recursos naturais, a fim de que os interesses em questão não só possam resgatar ou permitir a capacidade de suporte ambiental como também assegurar a reprodução social dos envolvidos na relação com o meio ambiente. Como o desenvolvimento sustentável é um conjunto de ações que visam um fim equilibrado entre as ações humanas e o meio ambiente, o planejamento é o meio por onde as ações devem atingir esse fim.

#### ECODESENVOLVIMENTO / DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: REFLEXÕES PARA A AMAZÔNIA

Nas três últimas décadas do século XX, a Amazônia definitivamente entra como cenário para as discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável. O contexto dos anos 1990 baliza os maus resultados sociais (aumentos demográficos, alta taxa de desemprego, má distribuição de renda, defasagem habitacional, alimentícia, entre outros) e ecológicos (concentração fundiária, perda de meio ambiente e recursos naturais)<sup>5</sup>, do modelo de desenvolvimento arrolado em torno de 40 anos de história de exploração dos recursos amazônicos.

5 Estudos e problemas amazônicos e temas especiais. Belém: Cejup, 1992.

A fronteira amazônica, antes de ser uma região física, é um espaço superposto por relações sociais e de produção (GRAZIANO, 1980), onde há um intenso consumo de recursos naturais. Esta região tem que ser pensada para além dessas relações superpostas para que se possa entender a questão de sua sustentabilidade. Ela precisa ser compreendida como exercendo uma função multidimensional, onde cada trajetória de seu desenvolvimento vá ao encontro de seu próprio equilíbrio, de maneira que ao final se tenha um sistema natural/humano equilibrado, ou ao menos, em condições de se controlar as perturbações geradas pelas relações superpostas na fronteira.

Para equacionar esses problemas de fronteira é fundamental que as relações socioprodutivas com vista ao crescimento na Amazônia deixem de ser mímicas de padrões externos, para executar um conjunto de ações equilibradas entre o aprendizado externo e os saberes técnicos locais.

O desequilíbrio entre o crescimento/desenvolvimento, o social e o ecológico na Amazônia levantou uma série de questionamentos quanto à viabilidade do modelo econômico praticado na região. O principal deles foi equacionar desenvolvimento com menores perdas ao meio ambiente e maiores ganhos sociais. Esta questão tem relação direta com uma espécie de omissão por parte de planejadores regionais sobre a complexidade homem/natureza no espaço amazônico, na medida em o (des)conhecimento dos problemas de sustentabilidade regional permitiu a produção de maus resultados ao referido complexo. Assim:

(...) para estabelecer as linhas de uma política voltada para a Amazônia é preciso, em primeiro lugar, conhecer suas características físicas, demográficas, culturais, seus recursos minerais, vegetais, aquáticos, sua organização econômica e social (HÉBETTE, 1983, p. 9).

É ilustrativo o trecho de Hébette porque em pleno ano de realização da Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMD) (1983), cujo desdobramento é o Relatório Gro-Brundtland, publicado no mesmo ano sob o nome de Nosso Futuro Comum e reeditado no Brasil em 1989 pela Fundação Getúlio Vargas, um estudioso de questões amazônicas evoca a peculiaridade regional como um pressuposto fundamental à praticidade de qualquer política, cujo conteúdo contenha o espaço regional como *locus* de ação. Logo:

(...) Desenvolvimento na Amazônia não deve ser um conceito mirabolante para 'salvar' a Amazônia ou desenvolver a Amazônia repetindo as receitas que vieram de fora para a região. A base do conceito tem que ser o reconhecimento do que existe:

as populações locais, os conhecimentos tradicionais e novos, os movimentos sociais. Fundamental para entender a Amazônia é o reconhecimento de sua diversidade socioambiental. Na verdade, não existe uma Amazônia, existem várias Amazônias com realidades específicas, em aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais (MACHADO, 1998, p. 80).

A percepção de uma Amazônia multifacetada com infinitos desdobramentos quanto ao uso de seus recursos naturais exige que as intervenções humanas sejam éticas quanto à satisfação de suas necessidades para assegurar a manutenção natural de reposição de perdas ambientais. Entre tantas possibilidades de propostas de sustentabilidade para a Amazônia, a agricultura familiar tem sido fonte histórica de excelente reprodução social na medida em que suas práticas quando bem organizadas pelas ordens de sustentação asseguram melhores resiliências ambientais.

Qualquer conceito que seja dirigido à Amazônia tem como primeira função adequar-se diante de uma multiplicidade de realidades específicas inerentes à sua própria formação biótica e social. Ademais, é preciso ter claro que todo conceito é substancialmente uma tentativa de aproximação de determinada realidade observada, portanto, não revelador da realidade em si. Esse é o caso do conceito de desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Seu conteúdo vale como uma aproximação para a realidade amazônica não à Amazônia em todas as suas realidades, daí a preocupação dos estudiosos de questões amazônicas em verificar a validade conceitual para esta região.

Como esta questão de validade conceitual é fundamental por razões epistemológicas, é preciso fundamentar o parágrafo acima para que ele se assente em bases consistentes, assim, Melo (2002) afirma que o conceito é uma construção mental e não a realidade; e que toda teoria é uma aproximação imperfeita da realidade. Kosik (1996), por seu lado, ratifica que a verdade é a somatória da aparência mais a essência. E convoca o pesquisador a se engajar numa investigação dialética sobre determinada realidade, ou seja, a aproximação de uma realidade por parte de um investigador consistiria em ultrapassar as aparências das coisas (senso comum) para visualizar e compreender sua essência por meio de senso crítico.

Nesse sentido, entende-se que as premissas do ecodesenvolvimento, além de serem parâmetros globais e norteadores de desenvolvimentos locais, precisam ao mesmo tempo, que sejam norteadas pelas relações sociais e produtivas corretas e efetuadas no seio de cada realidade específica, de maneira que o desenvolvimento regional, em função da variação das diversas realidades no

espaço e tempo, seja um conjunto formado por unidades de ações particulares conduzidas tanto pelas diretrizes externas quanto pelos conhecimentos locais. As instâncias produtivas particulares, dentre elas a agricultura familiar, exigem para si um modelo de desenvolvimento sustentável próprio sem, no entanto, isolá-lo das premissas básicas que regulamentam as ações globais como é o caso das contidas no Relatório Brundtland.

Como o conceito é uma construção mental, portanto, humana, e como não existe construção humana sem interação social que objetive a satisfação de determinada necessidade, são as famílias envolvidas, por exemplo, na agricultura familiar na Amazônia que devem orientar o modelo de desenvolvimento sustentável, em função de sua reprodução social.

Se a Amazônia é apreendida como fonte de recursos naturais, uma das alternativas sustentáveis seria a implementação de ações políticas com vistas a assegurar tanto a reprodução social dos grupos humanos existentes, quanto recursos naturais necessários à permanência de atividades produtivas ao longo de gerações. A agricultura familiar, segundo Costa (2000) e Hurtienne (2001), é uma prática produtiva que causa menos danos ao ambiente e alcança alto grau de produtividade quando comparada à grande produção comercial. Assim,

(...) o assentamento de uma família custa mais ou menos 15 mil dólares e gera o equivalente de dois empregos ou autoempregos com uma renda familiar que pode chegar a três salários-mínimos. (...). Portanto, o assentamento é barato ao custo de geração de emprego na cidade. Não se trata de uma solução unicamente social. Porque podemos imaginar pacotes tecnológicos para a agricultura familiar que torne essa agricultura muito mais produtiva, que proporcionem renda cada vez mais alta. Afinal de contas, a agricultura familiar se manteve mesmo nos países mais desenvolvidos da Europa, contrariamente às teorias que anunciavam o seu desaparecimento (SACHS, 1997, p. 7).

Ignacy Sachs (1997) confirma uma alternativa para o desenvolvimento regional sustentável. Antony Hall (2001), ao analisar os grandes empreendimentos de criação bovina na Amazônia em comparação com a agricultura familiar e em função da quantidade de empregos que essas atividades criam, afirma que além dos baixos rendimentos alcançados com a utilização de grandes áreas na criação de gado, ele verifica que a produção bovina diminui a vida útil do solo em 10 anos:

(...) Outra crítica à atividade pecuária, embora ela, aparentemente, nunca tenha preocupado os principais formuladores da política no Brasil, é que, em um país

de subemprego rural crônico e crescente números de sem-terras, a pecuária cria pouquíssimos empregos em relação ao volume total de investimentos feito pelo governo. A produção pecuária gera um emprego por duas mil cabeças de gado ou por 30 quilômetros quadrados, em contraste com 100 pessoas por 2,5 quilômetros que podem ser sustentadas pela própria agricultura camponesa na floresta úmida (HALL, 1991, p. 43).

Se Hall (1991) afirma que o potencial de emprego nas pequenas intervenções agrícolas é maior do que nas grandes, em parte, deduz-se que a agricultura familiar – para a realidade amazônica –, relacionada aos custos dos empregos (63 mil dólares para cada um) produzidos pelos grandes empreendimentos e pelo grau de predação ambiental gerada por estes, em comparação com os 15 mil dólares para cada família assentada (SACHS, 1997), que tendencialmente, é mais apta a realizar reprodução social com menos danos ao meio ambiente. Nesse sentido, a agricultura familiar apresenta um potencial maior de promover desenvolvimento realmente sustentável do que os grandes empreendimentos econômicos na Amazônia.

São ilustrativos os dados apresentados por Hall (1991) e Sachs (1997) no que se refere aos custos dos empregos para os dois modelos de produção. Se considerarmos os dados de Hall e compararmos com os de Sachs, temos o que se segue: para Sachs, o custo de cada emprego é de 7500 dólares deduzidos dos 15 mil dólares empregados no assentamento de uma família agrícola, com a criação de dois empregos. Se considerarmos quantos empregos deixaram de ser produzidos com a criação de apenas um no modelo agropecuário intensivo, tem-se um total de 8,4 empregos que poderiam ser criados na Amazônia.

Dentro de um contexto regional de desenvolvimento, a agricultura familiar apresenta-se como uma possibilidade real de sustentação humana, ecológica e econômica para usarmos a ordem ecodesenvolvimentista de Sachs (1997), porque cria mais emprego e danifica menos o ambiente. Esse redimensionamento produtivo para a região amazônica equaciona a questão da reprodução social de famílias agrícolas por meio de maiores e melhores desempenhos ecológicos e econômicos.

Para teste epistemológico do conceito de desenvolvimento sustentável na Amazônia, a agricultura familiar é tão somente um exemplo entre tantos, mas sua prática adaptada às condições sociais, ecológicas e econômicas garante boa parte de sua sustentabilidade, na medida em que o conteúdo deste conceito relacionado aos resultados alcançados com a prática desta atividade produtiva

assegura caráter de realização, assim como possibilita aos estudiosos do assunto analisar a viabilidade de suas premissas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tecnicamente, esta seção deve se isentar de elementos textuais novos e apresentar o resumo das conclusões obtidas ao longo do corpo textual, mas para não ser repetitivo quanto ao conceito de ecodesenvolvimento/desenvolvimento sustentável, o autor prefere finalizar este ensaio verificando a viabilidade de sua sustentação no que segue abaixo sobre a Amazônia e deixa para o leitor as conexões conceituais.

A reprodução social na Amazônia está diretamente relacionada ao uso dos recursos naturais disponíveis aos grupos sociais que vivem nesse espaço. A Amazônia, para muitos grupos sociais, é concebida como um almoxarifado natural, onde os recursos provenientes da flora e das faunas aquática e terrestre fazem parte da dieta alimentar e servem para prover as necessidades materiais de seus moradores.

Historicamente, a formação social amazônica apresenta inicialmente uma relação equilibrada entre o uso dos recursos naturais e as necessidades humanas. Quanto mais o tempo histórico se aproxima do nosso, esta relação de equilíbrio se desfaz, na medida em que o uso dos recursos naturais ultrapassa a capacidade de regeneração ambiental. A intensificação tanto dos movimentos de urbanização quanto de produção comercial em alta escala tem impossibilitado a recuperação ambiental, ora por meio da falta de resiliência natural, ora por falta de reposição em condições artificiais dos recursos extraídos da natureza.

A Amazônia, a partir da década de 1960, é inserida no processo de reprodução ampliada do capital, isso significa dizer que seus recursos de fauna e de flora se transformaram em recursos naturais. A partir deste período, as populações locais têm sido penalizadas constantemente com a perda do direito natural de uso dos recursos ambientais. A regra, a partir de então, é assegurar a eficiência econômica em detrimento da eficiência social e ecológica. Racionalizar os processos econômicos implantados na região e enquadrá-los à finalidade do lucro a qualquer custo tem sido a prática política de empreendedores e gestores governamentais.

Contrariamente a esta lógica econômica, Loureiro (1992a, 1992b, 2002) analisa o sistema mata/rio/roça/quintal como uma alternativa ecológica, econômica e socialmente viável à reprodução social na Amazônia. Adequado para os pequenos empreendimentos agroextrativistas e aplicados à região, este sis-

tema é apresentado como um modelo ideal para equilibrar necessidades humanas e disponibilidade de recursos ambientais. Mato, rio, roça e quintal são unidades produtivas complementares entre si e, no conjunto, se relacionam com o conteúdo de desenvolvimento sustentável na medida em que a autora enquadra o sistema ao uso de recursos ambientais e o contrapõe ao uso do ambiente como recurso natural.

Este sistema é apropriado à prática da agricultura familiar pelo fato desta categoria se constituir pelas seguintes características: mão de obra familiar com possíveis assalariamentos e ajudas mútuas; produção em primeira instância para o consumo e com presença de excedentes; complementação de renda por meio de serviços diversos que podem ser por assalariamentos temporários ou sob a forma de “bicos”, isso dependendo da sazonalidade da produção agrícola familiar e, fundamentalmente, tendo a família como coordenadora da produção, tudo isso dentro de um espaço produtivo próprio ou não.

Estas características revelam que a produção puramente comercial não é a lógica principal da agricultura familiar, e que a estrutura produtiva e os elementos de produção deste modelo de desenvolvimento necessitam mais do sistema ambiental como um todo para assegurar reprodução social do que transformar o ambiente natural em Recursos Naturais para alcançar o mesmo efeito.

Por fim, a presença da agricultura familiar na Amazônia, se não é a solução total para os problemas ambientais, ao menos, é condição real de existência de uma alternativa produtiva sustentável à realidade amazônica. Esta atividade produtiva, por natureza, consiste em manter um sistema de sobrevivência mais próximo da realidade idealizada pelos princípios que norteiam o conceito de sustentabilidade em escala global, aproveitando métodos e técnicas locais, o que permite a seus praticantes uma ação conjugada de atividades sustentáveis. Daí a permanência desta atividade agroextrativista como indispensável à manutenção equilibrada do ecossistema amazônico.

## REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Horácio Martins de. Padrões de sustentabilidade: uma medida para o desenvolvimento sustentável, *in*: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (org.). *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.
- COSTA, Francisco de Assis. Políticas públicas e dinâmica agrária na Amazônia: dos incentivos fiscais ao FNO, *in*: COSTA, Francisco de Assis; TURRA, Letícia

- Rangel (org.). *Campesinato e Estado na Amazônia: impactos do FNO no Pará*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- FENZL, Norbert. Estudos de Parâmetros Capazes de Dimensionar a Sustentabilidade de um Processo de Desenvolvimento, *in*: XIMENES, Tereza (org.). *Perspectiva do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a Amazônia 21*. Belém: UFPA/NAEA; Associação de Universidades Amazônicas, 1997.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- HALL, Antony L. *Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no PGC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.
- HÉBETTE, Jean (coord.). *Ciência e tecnologia para a Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA/ANPEC/PNPE, 1983.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar a desenvolvimento rural sustentável, *in*: COELHO, Maria Cecília Nunes (org.). *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de desenvolvimento regional*. Belém: CEJUP; UFPA/NAEA, 2001.
- JOLIVET, Marcel. A Presença da Sociedade nas Pesquisas sobre o Meio Ambiente, *in*: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (org.). *Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: CEJUP, 1997.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. História Social e Econômica da Amazônia, *in*: \_\_\_\_\_. *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. Pará: Secretaria de Estado de Educação, 1992a.
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: Estado, homem e natureza*. Belém: CEJUP, 1992b. (Coleção Amazônia, n. 1).
- \_\_\_\_\_. *Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais)*. Belém: Distribel, 2002.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MARTINS, José de Souza (org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MACHADO, Maria das Dores de Jesus. O desafio da comercialização de produtos agrícolas dentro de um contexto de sustentabilidade, *in*: FATHEUER, Thomas *et al* (org.). *Amazônia: estratégia de desenvolvimento sustentável: uma contribuição para a elaboração de planos de desenvolvimento e Agenda 21*. Belém: UNIPOP, 1986.

- MÉLO, Maria Lúcia. *O Estado fetichizado: uma contribuição à teoria do Estado capitalista na perspectiva dos clássicos marxista*. Belém: Page Design, 1995.
- NOSSO FUTURO COMUM. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo. Vértice, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Estúdio Nobel; Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Cidade Aberta), 1993.
- \_\_\_\_\_. *Estratégia de transição para o século XXI*, in: BURSZTYN, M. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *A Cooperação Sul-Sul e desenvolvimento sustentável nos trópicos Úmidos*, in: ARAGON, Luiz E. *et al (org.)*. *Recursos da biosfera e recursos extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 1997.
- VIANA, Luciana. Considerações sobre a construção da ideia de “populações tradicionais” no contexto das unidades de conservação, in: Brasil. Ministério da Educação. *Programa parâmetros em ação, meio ambiente na escola: guia do formador*. Brasília: MEC; SEF, 2001.